

RALED

VOL. 21(1) 2021



ARTÍCULO

A ambivalência discursiva e representacional dos lugares de fala

The discursive and political ambivalence of the speaking places

PHILLIPP DIAS GRIPP

Universidade Federal de Santa Maria
Brasil

ADA C. MACHADO DA SILVEIRA

Universidade Federal de Santa Maria
Brasil

Recebido: 24 de novembro de 2020 | Aceito: 1 de março de 2021

DOI: 10.35956/v.21.n1.2021.p.44-61

RESUMO

O artigo discute a noção “lugar de fala”, definida como estratégia enunciativa que consagra a articulação entre a manifestação de um sujeito e sua adscrição identitária em situações de comunicação. Relacionam-se categorias como relações de poder, discurso e identidade para debater a desestima aplicada aos que têm sua voz rejeitada por decorrência de manifestação verbal (realizada em conjunto a outrem) a respeito de uma luta que não corresponde ao lugar social que lhes é atribuído. Argumenta-se quanto à lógica ambivalente aplicada no uso da expressão “lugar de fala” no debate teórico e empírico, fragmentado entre perspectivas discursivo-pós-estruturalista e político-representacional.

PALAVRAS CHAVE: *Lugar de fala. Relações de poder. Mídia. Discurso. Identidade.*

RESUMEN

El artículo discute la noción de “lugar de habla”, definida como una estrategia enunciativa que consagra la articulación entre la manifestación de un sujeto y su adscripción identitaria en situaciones de comunicación. Categorías como relaciones de poder, discurso e identidad son relacionadas para debatir la desestimación aplicada a quienes tienen rechazada su voz al manifestarse verbalmente (junto con otros) sobre una lucha que no se corresponde al lugar social que se les atribuye. Se argumenta en torno a la lógica ambivalente aplicada en el uso de la expresión “lugar de habla” en el debate teórico y empírico, fragmentado entre perspectivas discursivo-postestructuralista y político-representacional.

PALABRAS CLAVE: *ALugar de habla. Relaciones de poder. Medios. Discurso. Identidad.*

ABSTRACT

The article discusses the concept of “place of speech,” defined as enunciative strategy that establishes the relationship between the expression of a subject and its identity ascription in communication situations. Categories such as power relations, discourse and identity are related to discuss the disincentive applied to those whose voice is rejected due to their verbal expression (together with others) about a struggle that does not correspond to the social place attributed to them. It is argued as to the ambivalent logic applied in the use of the expression “place of speech” in the theoretical and empirical debate, fragmented between discursive-post-structuralist and political-representational perspectives.

KEYWORDS: *Place of speech. Power relations. Media. Discourse. Identity.*

Introdução

O lugar de onde se fala tem merecido farta atenção no debate midiático brasileiro. A noção de “lugar de fala” ganhou repercussão e popularidade nos últimos anos no Brasil, principalmente em mídias sociais digitais, em decorrência de seu uso por parte de militâncias de movimentos sociais. A noção gera polêmicas e movimenta críticos que querem desacreditá-la, apoiadores que a enaltecem e analíticos que observam sua emergência, complexidade, controvérsias e empirismos envoltos em seu uso.

Acredita-se que o tema dos lugares de fala ressalta uma prática que ainda carece de ser desobscurecida: aquela que se aponta quando um sujeito enuncia a respeito do lugar de outro/a – em favor de adscrições identitárias atribuídas a outrem e não a si-mesmo.¹

De um lado, pode-se notar que assumir um lugar de fala em conjunto a outrem é uma estratégia enunciativa de aliança política que se alicerça principalmente no movimento de alteridade. Por outra via, essa prática gera polêmicas por diversos motivos, como pelo debate que envolve o protagonismo de subalternos nos movimentos político-identitários; pelas oportunidades em que se denunciam aspectos de apropriação cultural ou, ainda, quando alguém sugere como o/a outro/a deveria levantar as bandeiras do movimento ao qual se filia e assumir discursivamente sua condição.

Ponderações no tema assumem o uso do lugar de fala como ferramenta que visa possibilitar respaldo à manifestação de quem antes não tinha voz, o que permite romper com a ordenação de que apenas estão aptas a falar aquelas pessoas que dispõem de autoridade para tal, conforme se desenvolverá posteriormente. Em outro aspecto, argumenta-se que a noção “lugar de fala” emerge como ferramenta ideológica de fundamentalismos, gerando silenciamentos e monopólios de fala.

Diante disso, objetiva-se examinar a noção “lugar de fala”, definida como estratégia enunciativa que consagra a articulação entre a manifestação de um sujeito e sua adscrição identitária em situações de comunicação. Dado que nos últimos anos uma variedade de casos empíricos demonstra a importância de aprofundar o debate especializado acerca da noção, inicia-se a análise com atenção à relação teórica entre discurso e relações de poder, seguida de uma subseção detida no debate entre identidade e a qualidade comunicacional que a reflexão sobre os lugares de fala oportuniza.

A segunda seção dá continuidade à argumentação e desdobramentos teóricos ao problematizar os lugares de fala através da indagação sobre se haveria uma concessão ou, antes, uma interdição ao sujeito para manifestar-se - “falar” - sobre a luta de outro/a.

Na terceira seção encara-se a ambivalência discursiva e representacional dos lugares de fala assinalada empiricamente em algumas situações: a campanha global contra o sexismo da ONU

1 Convém indicar as propriedades com as quais duas expressões comparecem no presente texto: “adscrição identitária” e “outrem”. “Adscrição identitária” é usada para aludir ao registro de uma identificação social efetivada pelo sujeito a partir de características a que se associa ou é associado, ressaltando uma sujeição temporária (e não mais fixa) àquela posição identitária. Por sua vez, o pronome indefinido “outrem”, por definição de dicionário, designa quem não está presente ou quem não faz parte de uma comunicação, cuja menção é imprecisa - franqueia-se seu uso ao ser indefinido, no plural e/ou singular, masculino e/ou feminino, para designar grupos de pessoas no geral, independente de gênero.

Mulheres, intitulada *ElesPorElas/HeForShe*, que busca demonstrar propriedades discursivas; e três exemplos brasileiros que almejam dar conta de motivos pelos quais se assume a propriedade representacional no uso do lugar de fala como estratégia enunciativa. São eles: 1) o debate sobre o protagonismo de subalternos nas lutas de seus respectivos movimentos político-identitários; 2) a discussão sobre apropriação cultural; e 3) as objeções dirigidas a outrem quanto à maneira pela qual levanta bandeiras do movimento identitário ao qual se filia.

1. Encontros teóricos na fundamentação dos lugares de fala

Os encontros dos lugares de fala com as dimensões discursiva, das relações de poder, da identidade e da comunicação proporciona um amplo debate. Fundamenta-se o discurso pela perspectiva de Michel Foucault (1979, 2013), atinente à demarcação de um conjunto de enunciados pertencentes a uma mesma formação, vinculada à estrutura histórico-social específica. Não se entende o discurso, então, como sinônimo de texto individualmente, mas como enunciados plausíveis de serem agrupados em uma mesma formação por obedecerem a uma ordem de regularidade. Conforme Foucault (1979, 2013), os sujeitos são constituídos por meio de práticas discursivas que se materializam nas sociedades e nas relações, sendo impostas, mantidas e podendo ser observadas na exterioridade da produção enunciativa, como em instituições e suas ordenações, nos modos de comportamento dos sujeitos e nos regimes de verdade estabelecidos.

Por tal via, ao analisar práticas discursivas, pode-se verificar como as sociedades estão organizadas através de intrínsecas relações de poder que, por vezes, evidenciam as posições sociais ocupadas pelos sujeitos e conduzem a estados de dominação. Salienta-se que Foucault (1979) entende que as relações de poder não devem ser associadas a aspectos nocivos, ao contrário dos estados de dominação, que são estratégias sociais consolidadas por um longo período histórico, que paralisam as relações e impossibilitam o exercício da liberdade: “De modo geral, eu diria que o interdito, a recusa, a proibição, longe de serem as formas essenciais do poder, são apenas seus limites, as formas frustradas ou extremas. As relações de poder são, antes de tudo, produtivas” (Foucault 1979: 236).

As relações de poder se engendrariam ao considerar que os sujeitos não possuem ou detêm o poder, apenas o exercem, pois ele se configura indispensavelmente vinculado às relações. Constatase que não se pode ter o poder para si, pois não seria possível desempenhá-lo de maneira isolada, individualmente; é preciso que as relações sejam, antes de tudo, viabilizadas. Tampouco se acredita que as relações de poder objetivam alcançar um fim ou pretendem interditar sujeitos, pois isso poderia suspender as oportunidades de relações. Visam, outrossim, oportunizar a produção de estratégias pelas quais as forças sejam tensionadas e se atue em favor de uma causa. O viés teórico pós-estruturalista de Foucault (1979, 2013) jamais orientaria ao questionamento “a quem pertence este poder?”; de outro modo, ele conduziria à indagação: “o exercício do poder nesta relação permite reconhecer qual discurso?”.

Foucault (1979: 179) entende que as relações de poder “atravessam, caracterizam e constituem o corpo social” e que “não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso”. Através do exame da materialidade constituinte dos discursos torna-se possível, então, observar o atravessamento e as características das relações de poder nas sociedades. Diante disso, visa-se observar no presente artigo

como a estratégia dos lugares de fala realiza sua implantação na ordem do discurso, fundamentada indissociavelmente no exercício das relações de poder e na produção de enunciações vinculadas às identificações adscritas (ou não) ao enunciador.

Entende-se conveniente constar que Eni Orlandi (2009) argumenta, encadeada pela vertente foucaultiana, que a noção de lugares de fala interfere diretamente nas condições de produção enunciativa. Para a autora, o lugar de onde o sujeito fala é constitutivo do que diz, questão relevante especificamente nos processos comunicacionais: “Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na ‘comunicação’” (Orlandi 2009: 39-40, grifos da autora). Consta-se que os discursos constituem práticas de sujeitos através de produções enunciativas e do atravessamento das relações de poder, e não o contrário. Essa orientação se justifica ao evidenciar que os sujeitos adquirem direitos de dizer condicionados e obedientes a certas ordens do discurso, as quais apontam quem tem autorização para falar em determinados contextos.

Foucault (2013) demonstra a existência de procedimentos externos e internos ao discurso que controlam, selecionam, organizam e redistribuem a produção discursiva, o que salienta como a discursividade está inerente ao estudo das relações de poder. A análise do autor leva a verificar que o desejo pela libertação desses procedimentos circunscreve-se na compreensão de que a veracidade atribuída à enunciação não deveria ser outorgada a quem tivesse direito predeterminado pelas estruturas sociais de dizê-lo, mas ao próprio enunciado, congruente à formação discursiva da qual faz parte.

O debate levantado por Foucault (2013) não se encerra na problematização sobre quem pode ou não falar de acordo com práticas discursivas vigentes, pois motiva ainda a reivindicação de uma luta pela fala – pela anuência a sujeitos subalternos de terem voz e de serem ouvidos, principalmente em manifestações contra estados de dominação. A discussão é assim tomada como estimuladora de uma teorização dos lugares de fala.

Diante disso, compreende-se a noção dos lugares de fala como uma estratégia enunciativa que auxilia na resistência a opressões ordenadas discursivamente por via identitária, a qual permite viabilizar que sujeitos subalternos, sem voz e invisibilizados socialmente possam ser ouvidos.

1.1 O debate identitário e comunicacional

Judith Butler (2017) aponta que a prática representacional das identidades acentua uma função normativa da linguagem, função que a autora avalia ser capaz de representar os sujeitos completa e adequadamente. A autora reflete que o viés identitário específico sobre ser mulher não deve ser compreendido de modo estável ou permanente. A estabilidade ou permanência viabilizariam uma ideia de representação integral do gênero (mas também de outras categorias identitárias), afinal, apenas através da fixidez das identidades é que seria possível representá-las em suas totalidades. Butler (2017) argumenta que o sujeito nunca está realmente pronto para ser representado completamente; o sujeito nunca “é”, nunca está dado, ou finalizado, mas está condicionado a um processo de “tornar-se”. Ou, usufruindo das competências idiomáticas da língua portuguesa, o sujeito “está” e faz fé de presença em dada adscrição identitária momentaneamente.

Preocupada com a maneira pela qual o sujeito poderia assumir identidades sem estar inteiramente aprisionado a uma concepção que o pré-define e o obriga a reproduzir normas sociais já postas, Butler (2017) adota o conceito de performatividade. Viabiliza-se, assim, a potência necessária

para assumir identidades sem tão simplesmente reproduzir de modo mecânico as regulações das estruturas de poder pré-existentes e percebidas nas práticas discursivas, mas também sem desvincular os sujeitos dos discursos que os constituem como históricos e localizados. A autora explica que se oportuniza ao sujeito uma performatividade da identidade, especialmente a de gênero, através de normas existentes no interior das estruturas de poder pela via citacional, referente ao caráter repetitivo daquilo que está historicamente arraigado em práticas discursivas.

Percebem-se influências foucaultiana e bluteriana em Stuart Hall (2000) quando ele associa o conceito de identidade às práticas discursivas. Hall (2000) destaca que se deve assimilar as identidades como vinculações temporárias aos lugares sociais ocupados pelos sujeitos. Conjectura-se que as enunciações podem ser observadas a partir de posições identitárias que as pessoas ocupam e assumem e que são construídas através das práticas discursivas. Assume-se, então, que o sujeito se vincula temporariamente a uma posição social ao manifestar-se, ou seja, como se quer articular, que ele exerce um lugar de fala.

Diante disso, pondera-se que Hall (2000) destaca um viés plausível para responder ao questionamento de “quem precisa da identidade?”. Ele explica que “[...] todas as identidades funcionam por meio da exclusão, por meio da construção discursiva de um exterior constitutivo e da produção de sujeitos abjetos e marginalizados, aparentemente fora do campo do simbólico, do representável” (Hall 2000: 129). Pode-se considerar que, ao situar a concepção identitária em uma abordagem de jogos de poder, o autor sustenta que as identidades, assumidas de modo político, temporariamente através da performatividade, servem aos grupos de minorias sociais que ainda precisam lutar pela garantia de direitos.

O encadeamento teórico realizado até aqui encaminha à compreensão de que no processo de comunicação, seja ele interseccionado por aparatos tecnológicos midiáticos ou não, os sujeitos assumem posições falando com base em identidades assumidas temporariamente através da performatividade de práticas discursivas predeterminadas. Logo, quando o sujeito adota um lugar de fala, ao mesmo tempo ele assume uma adscrição identitária temporária, filiando-se a um coletivo, mostrando sua posição através de um discurso que o constitui – que é *comunicado, enunciado, falado*. Por isso, pondera-se que os lugares de fala são estratégias enunciativas que atribuem à identidade a tomada de uma complexa forma comunicativa nas relações.

Vale indicar que Muniz Sodré (2019) aponta a importância comunicacional que deve ser ressaltada pelo lugar de fala. Ele considera que qualquer pessoa fala a partir de lugares determinados e demonstra a necessidade de reconhecer o lugar ocupado pelos sujeitos em interação, além de destacar que a possibilidade de dialogar e o entendimento sobre o que é dito dependem da assimilação dos lugares de fala. Consta-se que o autor não conjectura a existência de lugares exclusivos, ou que apenas se pode enunciar sobre a temática que seu registro identitário convoca. Para Sodré (2019: 882), tais exclusividades não existem porque os próprios lugares são móveis: “Penso o lugar de fala como uma posição reivindicativa efêmera”. Seu entendimento coaduna-se com o debate sobre identidades, ou seja, uma posição que é transitória porque é característica dos lugares serem móveis e não fixos.

Os apontamentos de Sodré (2019) assinalam o ponto em que se gostaria de chegar com a presente explanação teórica: quando um sujeito enuncia em uma situação comunicacional, direcionando-se a outro/a que assume a escuta, e se posiciona com base na adscrição identitária previamente reconhecida como seu lugar social, de modo a tentar conduzir o reconhecimento desse lugar

e gerar respaldo a sua fala em um contexto de relações de poder, ele está assumindo a estratégia enunciativa prevista pelo “lugar de fala” e por ela instaurada.

Vale constar que se considera por “lugares de fala” aqueles lugares onde os sujeitos se posicionam para intervir no processo relacional e não os lugares predefinidos e atribuídos às pessoas pela mídia, especialmente a comercial, durante a produção de um enunciado circunscrito em dado produto midiático. O viés relacional permite assinalar que são os próprios sujeitos os responsáveis por assumir posições enquanto falam. As mídias, por sua vez, apropriar-se-iam devidamente ou não das falas expressas pelos sujeitos a partir dos lugares assumidos por eles em interações anteriores para, então, formatá-las de acordo com os interesses da empresa midiática. Apenas a partir disso, os enunciados midiáticos são produzidos e difundidos, dando visibilidade àquilo que a equipe interpreta ser pertinente aos seus respectivos públicos.

2. Pode um sujeito falar sobre a luta de outro/a?

O enquadramento teórico aqui desenvolvido poderia gerar a observação de que o reconhecimento da fala de um sujeito se revelaria apenas quando sua posição se alinhasse aos marcadores identitários que lhe une politicamente a um grupo minoritário. Desse modo, deduzir-se-ia que somente se poderia enunciar com competência crítica sobre assuntos referentes às pautas que sua adscrição identitária convoca. Crer-se-ia, por exemplo, em situações em que apenas: ao ocupar um lugar de homossexual, a pessoa teria respaldo para falar sobre as causas LGBTQI+ e lutar contra a homofobia; ao ocupar um lugar de mulher, ela teria condições para debater sobre e lutar contra estruturas machistas; ao ocupar um lugar de negritude, a pessoa poderia se posicionar contra o racismo.

Algumas inferências permitem indagar: ao estar posicionado em um lugar social, por consequência, um sujeito teria reconhecida consciência política que o capacite a refletir social, filosófica e criticamente sobre temas que a luta minoritária convoca desde a via de seu registro identitário? Um sujeito não pode manifestar-se com propriedade sobre assuntos referentes à identidade adscrita a outrem, pois estaria reservado somente aos próprios minoritários o consentimento sobre as falas em favor de suas lutas? Poderia ser a categoria dos lugares de fala entendida como um procedimento, tal qual alguns já elencados por Foucault (2013), que também controla, seleciona, organiza, redistribui e limita os discursos nas sociedades?

Para o primeiro questionamento seleciona-se a resposta pragmática de Djamilia Ribeiro (2017), quando elucida que reduzir os lugares de fala tão somente às vivências e características identitárias dos sujeitos seria um equívoco, mesmo que suas experiências sejam relevantes: “O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas” (Ribeiro 2017: 69). O que se objetivaria com a noção, segundo a autora, seria promover uma multiplicidade de vozes e, especialmente, romper com o regime hegemônico de autorização discursiva que se pretende como voz única e universal, e não simplesmente conjecturar que alguém pode falar sobre um assunto com propriedade apenas porque está no lugar que alude à respectiva identificação em que se autorreconhece.

Referindo-se às demais questões supracitadas, entende-se que sendo um produto das relações de poder, a estratégia enunciativa dos lugares de fala não estaria condicionada coercitiva e/ou restritivamente à promoção de interdições à expressão de sujeitos. Faz-se necessário recordar que é

preciso viabilizar as relações, partindo das premissas de Foucault (1979). Não se trata, então, de assumir o lugar de outro/a para falar por ele/a, de roubar-lhe o protagonismo da luta minoritária, mas enunciar a partir do seu próprio lugar sobre o tema em pauta em aras de apoiar e discutir as reivindicações de outrem; falar em “com-junto” ou com outro/a, especialmente no contexto dos estados de dominação.

A reflexão desenvolvida por Linda Alcoff (1991) sobre os problemas existentes no ato de falar por outros contempla a importância de criar condições para que o diálogo seja viabilizado e evitar que as relações sejam interdidas. A autora pondera, sustentada na sua leitura de Gayatri Spivak (2010), que uma prática de “falar com” se torna mais adequada do que a de “falar por”, pois esta gera condições desestimuladoras de uma possível ligação com discursos imperialistas, os quais procuram sustentar os estados de dominação.

Para indicar a alternativa, Alcoff (1991: 6-7) reconhece o problema de falar por outrem a partir de duas procedências: 1) a percepção de que o lugar de onde se fala afeta o significado e a verdade do que é dito e, por isso, não é possível transcender a localização social; e 2) a assimilação de que certas localizações privilegiadas são discursivamente perigosas, já que, por vezes, quando pessoas consideradas avantajadas falaram em nome de grupos oprimidos, resultou no aumento ou reforço de opressões.

No entanto, ao observar a situação por meio da alusão de que apenas seria possível se manifestar pelos grupos dos quais se faz parte, Alcoff (1991) aponta para a dificuldade de delimitação de tais grupos. Ela se questiona: “uma mulher branca pode falar por todas as mulheres simplesmente por ser mulher? Se não, quão estreitamente devemos desenhar as categorias? [...] Em que base podemos justificar uma decisão de demarcar grupos e definir associação de uma maneira e não de outra?” (Alcoff 1991: 7-8, tradução nossa).²

Para Alcoff (1991: 8), a solução não consistiria em restringir a prática em falar apenas por grupos dos quais se é membro, pois sua delimitação é imprecisa. Ela aponta que adotar a posição de falar apenas por si-mesmo/a também não é uma boa saída, pois demonstra o abandono à responsabilidade política de manifestar-se contra a opressão sofrida por subalternos, além de não auxiliar na construção crítica dos debates. A autora indica que os/as enunciadore/as devem avaliar suas localizações sociais e responsabilizar-se por seus dizeres, pois apesar de os rituais de fala comportarem algum fundo de verdade, os sujeitos podem aliar-se a estruturas de resistência à opressão ou à própria opressão.

Vale constar que, para Ribeiro (2017), os lugares de fala enfatizam ser fundamental que o sujeito primeiramente reconheça o seu próprio lugar, especialmente antes de falar sobre a luta de outro/a, considerando os privilégios que abarcam sua própria vida e como as hierarquias produzidas e sustentadas pelos seus lugares também contribuem para constituir minorias. Ela concorda que é possível um sujeito falar sobre a luta de outrem, mas é preciso que ele desconstrua a crença de que apenas o/a outro/a é marcado pela atribuição de lugares. O que equivaleria, por exemplo, a sustar a

2 Do original: “*can a white woman speak for all women simply by virtue of being a woman? If not, how narrowly should we draw the categories? [...] On what basis can we justify a decision to demarcate groups and define membership in one way rather than another?*”.

apreciação de que “apenas o/a outro/a fala com sotaque e minha locução é isenta de regionalismos linguísticos”. Ou seja, deve-se reconhecer de antemão a marcação de seu próprio lugar, atentando sobretudo aos privilégios dele oriundos, para debater e posicionar-se em favor de causas alheias.

Isto posto, Alcoff (1991) acredita que “falar com outro/a” torna a estrutura da prática discursiva dialógica, na medida em que o sujeito “não abandona seu papel discursivo, nem presume uma autenticidade do oprimido, mas ainda permite a possibilidade de que o oprimido produza uma ‘contra sentença’ que pode sugerir uma nova narrativa histórica” (Alcoff 1991: 23, tradução nossa).³

Retomando-se os argumentos de Spivak (2010), observa-se que atentam à possibilidade de um sujeito subalterno falar e ser ouvido. A autora critica a abordagem unidirecional dada à história, difundida através da perspectiva Ocidental. Ela problematiza o objetivo intelectual de falar sobre o outro subalterno a partir de seu próprio lugar, embasado numa lógica de “poder-saber”, e atenta que ao não dar voz a subalternos a produção intelectual se associa aos interesses hegemônicos ocidentais. Então, pondera que o sujeito subalterno é sempre visto como o outro que precisa de alguém que fale por ele e o presente, mas que acaba sem ter acesso ao produto intelectual produzido sobre ele.

Spivak (2010) assinala que alguns sujeitos têm mais chances de falar, de serem ouvidos e reconhecidos do que outros. Ela argumenta que os sujeitos caracterizados como subalternos são silenciados a todo instante, principalmente através de representações – seja aquela que alguém faz de um grupo que não teria condições de autorrepresentar-se, ou aquela que se constrói dramaticamente, na qual a forma existe, mas o conteúdo é falso. Por vezes, aponta Spivak (2010), enunciados se apresentam como libertadores, mas escondem a manutenção de imperialismos através de uma violência epistêmica que não permite a fala aos subalternos. A noção de violência epistêmica é desvendada na medida em que se denuncia a predominância de uma única versão da história, tomada por verdadeira, aquela contada pelos colonizadores. A episteme colonial vem a ignorar outras possíveis narrativas que existiram ou existem.

Considera-se que a violência epistêmica se inscreve, assim, no silenciamento, no exercício de negar a fala de outro/a no processo relacional, de desconsiderar a possibilidade de sua contribuição e de negar-lhe a (auto)reflexão. Diante disso, como Alcoff (1991) também sustenta, evidencia-se a importância de se reescrever a narrativa histórica sem excluir a voz daqueles/as que foram silenciados/as, de exercitar a prática de falar em conjunto/com o outro.

A estratégia enunciativa dos lugares de fala, ao condicionar o sujeito à produção da fala vinculada à adscrição identitária temporariamente assumida, não pode impedir que alguém fale de seu próprio lugar sobre um assunto referente ao lugar entendido como sendo de outrem, mas é necessário desenvolver um dizer que não gere exclusão da voz de outro/a. Considerando as articulações, tanto de Alcoff (1991), como as de Ribeiro (2017), negar a possibilidade de fala a um sujeito por ele não integrar um grupo minoritário sobre o qual enuncia seria contraproducente ao próprio combate às opressões, pois também denotaria a retirada de responsabilização do sujeito de poder sobre sua fala, além de impedir que ele observasse e refletisse sobre suas próprias localizações privilegiadas.

3 Do original: “*neither abnegates his or her discursive role nor presumes an authenticity of the oppressed but still allows for the possibility that the oppressed will produce a “countersentence” that can then suggest a new historical narrative*”.

Vale lembrar que Butler (2017) critica o conceito de representação por convocar uma percepção fixa da identidade, considerando-a como já dada e completa. Por isso, a autora assume a performatividade como alternativa. Por outra via, nota-se a importância política que a noção de representatividade ainda pode ter para grupos minoritários, sobretudo no que se refere à discussão sobre os lugares de fala. Neste contexto, para Alcoff (1991: 9-10, tradução nossa), é inegável que a prática de falar sobre ou pelas lutas de outrem está envolvida no que ela chama de “edifício da ‘crise de representação’”, mas a autora é “cética quanto ao fato de os relatos gerais de representação serem adequados à complexidade e especificidade do problema de falar pelos outros”, pois tal prática opera em um subconjunto muito específico da representação no geral.⁴

Para Alcoff (1991), a prática de falar sobre ou pelas lutas dos/as outros/as, e até de falar por si-mesmo, já abrange, por si só, o ato de representar as necessidades, os objetivos, a situação e, de fato, quem são aqueles/as sobre os/as quais se fala, seja ao considerar a ideia de representar um sujeito tal qual ele é ou, em termos pós-estruturalistas, ao participar da construção de suas posições de sujeito. Porém, Alcoff (1991: 9) destaca que tais representações são mediadas e produtos de interpretação. Para a autora, mesmo no contexto político em que quem fala é um representante eleito, ou uma pessoa autorizada pelo sujeito minoritário, os problemas relacionados ao enunciar por outrem não são invalidados e anulados, pois de todo modo ainda se está interpretando a situação e os desejos de outrem.

Vale ainda apontar a proposição de Maingueneau (2020) quanto à desigualdade discursiva favorecedora do aparecimento da modalidade de sujeitos “porta-voz”, os quais estão legitimados a levar a fala dos “sem voz” para esferas superiores, onde se reúnem atividades discursivas com certa autoridade e pelas quais a agenda noticiosa tanto se interessa. Maingueneau (2020) reflete sobre como o analista de discurso pode abordar tal problemática e assinala nesse propósito que não existem intermediários transparentes, apenas práticas discursivas heterogêneas que podem ser mais ou menos articuladas.

O autor faz uso de uma distinção prevalente no contexto francês entre *porte-parole* (traduzido como “representante”) e *porte-voix* (traduzido como “porta-voz”). O representante teria um *status* de reconhecimento institucional e, em princípio, pertenceria à mesma coletividade daqueles por quem fala; enquanto o porta-voz geralmente não é membro da mesma coletividade, mas se apoia em uma inspiração ética para falar em favor de outrem. Se, conforme Maingueneau (2020), tal distinção não se observava nos dicionários de língua francesa, no Brasil, o dicionário Aurélio (1986) determina que o porta-voz é uma “pessoa que fala, não raro oficialmente, em nome de outrem”, enquanto o representante é “pessoa que representa outra” ou “pessoa especialmente designada para representar o governo de um país, ou os interesses deste, junto a outro governo, a uma assembleia”.

Maingueneau (2020) categoriza os porta-vozes em: 1) afiliado, quando há mediação político-partidária entre o porta-voz e o sem voz; e 2) carismático, quando esta relação é diretamente mediada e não há suporte partidário – o sujeito se coloca à serviço dos sem voz através de um carisma pessoal, conquistado, por exemplo, através do domínio midiático. Vale constar que no Brasil a prática política não acata a figura do porta-voz (com raras exceções de governos conservadores). O habitual é

4 Do original: “edifice of the ‘crisis of representation’”. “I am skeptical that general accounts of representation are adequate to the complexity and specificity of the problem of speaking for others”.

que a assessoria de imprensa ou de comunicação assuma tal posição no contexto político-partidário. Usa-se, sobretudo, o termo “representante” para designar quem foi eleito/a e exerce poderes para falar ou agir em nome de outra pessoa ou instituição, ademais daquele/a autorizado a fazê-lo legalmente.

Percebe-se que a análise de Maingueneau (2020) está intimamente atravessada pelo debate sobre lugares de fala. Sua categorização de representante e porta-vozes (afiliado e carismático) também demonstra como a prática de falar em favor das causas de outrem se envolve com a problemática da representatividade política do sujeito sem voz (subalterno ou minoritário) e, por outro lado, com a potência discursiva e das relações de poder através, por exemplo, de um movimento de alteridade ou do que o autor denomina de uma “inspiração de ordem ética” (Maingueneau 2020: 123). Neste sentido, acredita-se que a análise dos lugares de fala comporta uma ambivalência e se desloca entre propriedades que podem ser caracterizadas como discursivo-pós-estruturalista e político-representacional.

3. Ambivalência discursiva e representacional dos lugares de fala

A partir do debate apresentado sobre os lugares de fala, constata-se que a noção apresenta um caráter ambivalente. Observando a extrapolação da discussão para além do âmbito acadêmico, manifestações midiáticas no âmbito brasileiro dão conta do enfrentamento de posições. A noção revela propriedades discursivo-pós-estruturalistas, nas quais se observa a estruturação das relações de poder de modo interdependente à produção dos discursos.

O âmbito discursivo dos lugares de fala viabilizam o dizer de um sujeito em conjunto a outro sobre uma luta que, em princípio, não está cingida a sua adscrição identitária, pois compreende que as identidades não são fixas, mas assumidas através da performatividade, conforme já se apontou. Fundamentada pela discursividade, a noção dos lugares de fala busca assegurar que as relações sejam sempre oportunizadas, destacando-se de modo dialógico não apenas a importância da emissão, mas também da interpretação nas situações de comunicação. Ademais, enfatiza-se a relevância de ferramentas que possibilitem o desenvolvimento de uma criticidade intelectual aos privilégios e à luta minoritária e que permitam ao sujeito a identificação de seu próprio lugar social, por vezes privilegiado, antes de assumir um lugar de fala com outro/a.

Uma diversidade de casos empíricos pode ser caracterizada pela propriedade discursivo-pós-estruturalista do lugar de fala, sobretudo ao evidenciar o convite para que sujeitos assumam uma fala em conjunto a outro. Um exemplo desses casos é a campanha promocional contra o sexismo *HeForShe* (ONUMulheres 2015), desenvolvida por ONU Mulheres e lançada em 2014 com vistas a implicar homens na condição de agentes em lutas contra as desigualdades entre gêneros e, sobretudo, pelos direitos das mulheres. Apesar das críticas que podem ser feitas ao título atribuído à campanha, o qual evidenciaria um enfoque hierárquico dos homens “sobre” as mulheres, através da preposição “por”, constata-se que os objetivos da *ElesPorElas* não visam um roubo ao protagonismo das mulheres nos movimentos feministas, mas sim expressa um convite aos homens no propósito de solidarizarem-se e aderirem às lutas.

A ONU Mulheres (2015) ressalta que o objetivo da campanha *ElesPorElas* é o de convocar homens e meninos para que levantem suas vozes e ajam, visando o alcance da igualdade de gênero e a luta contra o sexismo. Ao assumir o lugar de fala com as mulheres, considera-se que os homens

se vinculam a uma prática discursiva fundamentada na lógica do feminismo visionário, articulado por bell hooks (2018).⁵

A autora (hooks 2018) defende a importância e urgência de que as mulheres aceitem os homens como companheiros na luta contra o sexismo, exploração sexista e opressão, além de estimular que eles levantem a bandeira do feminismo e contra o patriarcado capitalista. Dessa maneira, entende-se que se torna admissível que eles assumam um lugar de fala com elas pela via discursivo-pós-estruturalista. Um exemplo do convite aos homens feito pela campanha pode ser observado na figura 1.

FIGURA 1

Peça visual de promoção da campanha ElesPorElas no Brasil. Fonte: ONUMulheres 2016



A campanha ElesPorElas sustenta institucionalmente o convite aos homens para assumirem um lugar de fala a favor das lutas feministas – um lugar de fala com outra, que se embasa na perspectiva discursivo-pós-estruturalista. De outro modo, o debate sobre lugar de fala conhece posições que assinalam propriedades pertinentes à expressão político-representacional, pois se baseia principalmente na noção de representatividade e requisita um reconhecimento institucional ou pertenci-

5 A autora bell hooks pede que seu pseudônimo seja grafado sem o uso de letras maiúsculas como um manifesto que visa dar ênfase ao conteúdo de sua obra e não a sua pessoa.

mento do sujeito à mesma coletividade daqueles sobre os quais se fala. Poder-se-ia argumentar que tal abordagem objetivaria angariar uma participação mais efetiva de sujeitos subalternos em esferas superiores, sobretudo no cenário político. Porém, observa-se que isto se dá através da negativa ao sujeito de privilégio, caracterizada sobretudo na prática de silenciamento de quem até então seria categorizado como “porta-voz”. É uma tendência na qual se verifica a organização das relações de poder associadas à agência dos sujeitos, à capacidade de agirem de modo independente às estruturas sociais preestabelecidas (em que se acentua a prática discursiva).

Nota-se que a propriedade político-representacional do lugar de fala pode inviabilizar a manifestação de sujeitos sobre lutas que não correspondem a seus respectivos registros de identidade, pois este campo reconhece a legitimidade da representação somente quando desempenhada por alguém pertencente ao grupo minoritário do qual se fala. Baseada numa perspectiva político-representacional, a noção dos lugares de fala pode recusar ou interditar a fala de sujeitos, a exemplo do uso da frase “você não pode falar sobre isso, pois este não é seu lugar de fala”. Pode-se interromper o processo comunicativo ao entendê-lo como monológico.

Uma diversidade de casos empíricos pode ser caracterizada pela propriedade político-representacional do lugar de fala, sobretudo quando envolvida pelo debate sobre o protagonismo de subalternos nos movimentos político-identitários; a apropriação cultural; e as teorizações sobre como outrem deveria levantar as bandeiras do movimento político-identitário ao qual se filia. Exemplos brasileiros que se fizeram conhecidos midiaticamente:

- 1) a revista TPM lançou a campanha “#Precisamos falar sobre aborto”, em 2014, e convidou o ator Gregório Duvivier para dar suas declarações favoráveis à causa e estar em uma das três capas daquela edição (como se vê na Figura 2), mas sua participação foi tomada por algumas mulheres como uma tentativa de roubo ao protagonismo feminino na pauta feminista, sobretudo por aceitar compor uma das capas, enquanto outras defenderam suas manifestações como sendo uma aliança às mulheres (Cortês 2014);

FIGURA 2

Capas para a edição “#Precisamos falar sobre aborto” da revista TPM. Fonte: Cortês 2014



- 2) a atriz branca Alessandra Negrini, em 2020, usou adereços indígenas durante o desfile em um bloco de carnaval com o objetivo de visibilizar a causa dos povos originários do Brasil e gerou polêmica ao ser acusada de apropriação cultural por diferentes pessoas indígenas e não-indígenas, enquanto também foi defendida por lideranças do movimento (Folha de São Paulo 2020);

FIGURA 3

Manchete sobre o caso de Alessandra Negrini. Fonte: Folha de São Paulo 2020

Alessandra Negrini é defendida por indígenas: 'colocou seu corpo e voz a serviço da causa'

Atriz divulgou nota da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)



- 3) a antropóloga branca Lilia Schwarcz (2020) publicou um artigo no jornal brasileiro Folha de São Paulo que reprovou o modo como o filme *Black is King* da cantora Beyoncé representa a negritude, glamorizando-a através do uso de roupas sofisticadas. Seu posicionamento foi material de extenso debate em mídias sociais digitais, contrapondo a posição de grupos que a acusaram de falar sem propriedade sobre raça e outros grupos que defenderam o direito à manifestação da antropóloga e apontaram que ela estaria sendo silenciada. Dias após à publicação de seu texto no periódico, devido à repercussão polêmica, Lília se retratou e pediu desculpas publicamente ao apontar que revisou seus posicionamentos, mas isso não impediu o seguimento das críticas e movimentos que visaram seu “cancelamento”. Depois, em entrevista para o programa televisivo Roda Viva, Schwarcz (RodaViva 2020) declarou que a experiência a fez ponderar que o lugar de fala é uma política de reparação e de reconhecimento, mas não pode ser utilizado para monopolizar manifestações.

Os três casos evidenciam o exercício da propriedade político-representacional nos atos de interdição às falas de sujeitos até então considerados “porta-vozes carismáticos”. Muitas vezes, como nos dois primeiros casos, é necessário o posicionamento de grupos ou entidades que legitimem o po-

sicionamento de “fala em conjunto a outro”. Outras vezes, como no último caso, faz-se necessário o reconhecimento público do erro. Entretanto, a retomada dialógica não é garantida, podendo-se dismantelar a categorização de porta-voz. Exemplos como os supracitados geram controvérsias que envolvem o debate sobre “lugar de fala”, incluindo a desestima de Wilson Gomes (2019) quando aponta a noção como uma “ferramenta ideológica baseada em fundamentalismos” com vistas a “silenciar e gerar monopólios de fala”.

Observa-se pelos exemplos mencionados como a abordagem político-representacional viabiliza violências epistêmicas nas situações de comunicação, pois, através dela, torna-se possível negar voz e silenciar sujeitos (subalternos/as ou privilegiados/as) e até reprimir reflexões para o avanço de lutas identitárias. O viés político-representacional dos lugares de fala, ao interromper o diálogo, pode dissipar o desenvolvimento (auto)crítico sobre os lugares privilegiados ocupados por sujeitos de poder, além de indicar que alguém não poderia defender uma luta e debater sobre ela por não estar adscrito ao lugar social minoritário referente. Vale constar que a estratégia do lugar de fala político-representacional permite a interdição de sujeitos minoritários através, por exemplo, de procedimentos já elencados por Foucault (2013) – vontade da verdade e disciplina –, por meio dos quais se assume lugares de fala embasados no vínculo saber-poder e se interdita a fala de quem não se registra como detentor de credenciais acadêmicas.

Importa destacar que o caráter ambivalente dos lugares de fala – discursivo-pós-estruturalista e político-representacional – aponta para a coexistência de particularidades tomadas como estratégias enunciativas que visam ressaltar a adscrição identitária e a atribuição de lugar social do sujeito, obedecendo uma ordem comunicacional anterior à da produção midiática; as mídias se apropriam das falas localizadas, formatando-as de acordo com seus interesses editoriais. Vinculadas a diferentes correntes teóricas e convicções éticas sobre o desenvolvimento das lutas minoritárias, as duas propriedades dos lugares de fala distinguem-se essencialmente, ainda que sejam, por vezes, tomadas como comunicacionalmente convergentes.

Considerações finais

Buscou-se neste artigo articular a noção de lugar de fala através do debate sobre relações de poder para evidenciar sua ambivalência discursiva e política. O conjunto de argumentos selecionados proporcionou apontar que a noção de lugar de fala comporta uma ambivalência, oscilante entre a propriedade discursivo-pós-estruturalista e a de caráter político-representacional, destacada nos casos empíricos apresentados na seção anterior. A argumentação inscreveu a noção de violência epistêmica como a negação do/a outro/a nas relações de poder.

Observou-se um alinhamento dos lugares de fala ao pensamento pós-estruturalista foucaultiano. Acredita-se, ademais, que a percepção de que os sujeitos assumem lugares de fala advém de uma lógica que relaciona a produção discursiva à adscrição identitária de quem a enuncia. Por isso, também se destacou a dimensão identitária mobilizada pela noção nas situações assinaladas.

A instância midiática configura-se como *locus* privilegiado de reclamos em torno ao direito à manifestação de minorias. E a noção de lugar de fala enuncia essa prerrogativa contemporânea, demarcada a sujeitos privilegiados a serem socialmente visibilizados pela mídia. É, ademais, reivindicada por minorias tão diversas como podem ser as de caráter étnico, de classe ou de gênero e sexualidade.

Em conformidade ao exposto, faculta-se compreender inicialmente o lugar de fala como uma estratégia enunciativa que relaciona a fala do sujeito à identidade por ele assumida. Problematicou-se a noção ao refletir sobre a possibilidade de um sujeito falar junto a outrem (e não pelo outro) sobre uma luta minoritária que, em princípio, talvez não corresponda propriamente a suas características identitárias imediatas e particulares.

A reverberação teórica quanto aos lugares de fala obedecerem a uma ordem ambivalente permitiu avaliar a noção pela via de sua manifestação dialógica, segundo a propriedade discursivo-pós-estruturalista, e de uma prática que visa a recusas e/ou interdições, conforme a especificidade político-representacional assumida.

Acredita-se, entretanto, que a estratégia dos lugares de fala, quando usada através de uma abordagem democrática e dialógica, viabiliza a manifestação plural de vozes e a ruptura da ordem hegemônica, habitualmente autorizadora de discursos inscritos tacitamente e identificados socialmente a lugares reconhecidos e tomados como legítimos por estados de dominação nas relações de poder. De um lado, a possibilidade de veto à fala de sujeitos não permite que aqueles ditos privilegiados reflitam e apoiem lutas minoritárias. De outro, o lugar de fala exercido por uma via limitante e na reivindicação de que apenas sujeitos pertencentes a um grupo minoritário tenham respaldo para falar e defender suas próprias causas pode hipostasiar a interação, excluindo o viés dialógico da comunicação e a fundamentação relacional do poder.

Referências bibliográficas

- ALCOFF, L. 1991. The problem of speaking for others. *Cultural Critique*, nº 20, pp. 5-35.
- BUTLER, J. 2017. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CORTÊS, N. 2014. [Disponível na Internet em <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/precisamos-falar-sobre-aborto>]. #precisamos falar sobre aborto. *TPM*. [Consulta: 21 de setembro de 2020].
- FERREIRA, A. 1986. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FOLHA DE SÃO PAULO. 2020. [Disponível na Internet em <https://f5.folha.uol.com.br/celebridades/carnaval/2020/02/alessandra-negrini-divulga-nota-em-que-e-defendida-por-instituicao-indigena.shtml>] Alessandra Negrini é defendida por indígenas. *Folha de São Paulo*. [Consulta: 19 de outubro de 2020].
- FOUCAULT, M. 1979. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- FOUCAULT, M. 2013. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.
- GOMES, W. 2019. [Disponível na Internet em <https://revistacult.uol.com.br/home/precisamos-falar-sobre-o-lugar-de-fala/>]. Precisamos falar sobre o lugar de fala. *Cult*. [Consulta: 21 de setembro de 2020].
- HALL, S. 2000. Quem precisa de identidade? Em T. T. da Silva (ed.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, pp. 103-132. Petrópolis: Vozes.

HOOBS, B. 2018. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos.

MAINGUENEAU, D. 2020. Análise do discurso, esfera superior e porta-voz. *Raled*, vol. 20, nº 1, pp. 120-135.

ONU MULHERES. 2015. [Disponível na Internet em http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/ElesPorElas_kit_acao.pdf]. Movimento ElesPorElas: kit de ação. *ONU Mulheres*. [Consulta: 15 de outubro de 2020].

ONU MULHERES. 2016. [Disponível na Internet em <http://www.onumulheres.org.br/noticias/personalidades-brasileiras-protagonizam-nova-campanha-do-movimento-esporelas-heforshe-da-onu-mulheres/>]. Personalidades brasileiras protagonizam nova campanha. *ONU Mulheres*. [Consulta: 19 de outubro de 2020].

ORLANDI, E. 2009. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes.

RIBEIRO, D. 2017. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento/Justificando.

RODAVIVA. 2020. [Disponível na Internet em https://www.youtube.com/watch?v=eU_BxcEu-Xro&t=3709s]. Lilia Schwarcz. *TV Cultura* [Consulta: 21 de setembro de 2020].

SODRÉ, M. 2019. Do lugar de fala ao corpo como lugar de diálogo: raça e etnicidades numa perspectiva comunicacional. *Reciis*, vol. 13, nº 4, pp. 876-886.

SPIVAK, G. 2010. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG.

SCHWARCZ, L. 2020. [Disponível na Internet em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/08/filme-de-beyonce-erra-ao-glamorizar-negritude-com-estampa-de-oncinha.shtml>]. Filme de Beyoncé erra ao glamorizar negritude com estampa de oncinha. *Folha de São Paulo*. [Consulta: 17 de outubro de 2020].

PHILLIPP DIAS GRIPP é doutor (2020) e Mestre (2016) pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, na linha de pesquisa Mídia e Identidades Contemporâneas. Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal do Pampa (2014). Integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação, identidades e fronteiras (UFSM). Dedicar-se a investigações sobre Comunicação, Lugares de Fala, Relações de Poder, Discurso, Identidades, Gênero e Popularização Científica.

E-mail: phidgripp@gmail.com

ADA C. MACHADO DA SILVEIRA é professora Titular da Universidade Federal de Santa Maria no PPGComunicação, onde desenvolve investigações com incentivo financeiro do CNPq, CAPES, FAPERGS e FAO-ONU. Magister em *Periodisme i Ciències de la Comunicació* e Doutora em Jornalismo pela *Universitat Autònoma de Barcelona* (1998-2000) e em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (1992). Foi professora visitante na *Universidad Nacional de Quilmes* e *Universidad Nacional de La Plata* (Argentina, 2013, 2019). Líder do Grupo de Pesquisa Comunicação, identidades e fronteiras, dedica-se a investigações nos temas de Mídia, Jornalismo, Semiótica, Difusão científico-tecnológica e Comunicação para o desenvolvimento.

E-mail: ada.silveira@ufsm.br